

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução Instagram



Chapa Carol/Carlos desarruma a direita catarinense

O Destino dos Bolsonaros: a saga continua

Prossegue a nossa história política com ares de novela mexicana. No último capítulo, o patriarca da família, que está preso e tenta preservar seu legado elegendo os membros da sua família, recebe na prisão alguns aliados. E indica apoio ao Senado em Santa Catarina à deputada Caroline de Toni (PL), para compor a chapa ao lado de seu filho 02, Carlos Bolsonaro (PL), que trocou o Rio de Janeiro, onde era vereador, pela cidade São José, próxima de Florianópolis, para a aventura catarinense. Então, o senador Esperidião Amin (PP), no papel de idoso abandonado, resolve pela primeira vez se manifestar: vai às redes sociais e declara somente o seguinte: “Quero reiterar, sou candidato ao Senado por Santa Catarina”.

Direita totalmente desarrumada

Se Amin afirma que será candidato, significa, então, que isso não se dará pela mesma chapa de direita que se forma para a reeleição do governador Jorginho Mello (PL). Significa que a direita, no estado mais bolsonarista do país, está totalmente desarrumada pela migração de Carlos para o seu jogo eleitoral. Depois da unção de Jair Bolsonaro a Carol de Toni, pronunciou-se Jorginho Mello, incluindo a deputada na sua chapa.

Reprodução Instagram



Amim marca a sua posição na disputa

Amim: “Sou candidato ao Senado”

Jorginho Mello, disse, então, que chapa terá como vice o prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), Carol de Toni e Carlos Bolsonaro. O problema é que não há muito tempo o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tinha resolvido intervir em Santa Catarina determinando que Mello mantivesse o compromisso que tinha assumido antes com o PP para dar uma das vagas ao Senado para Amin. Valdemar teme que a partir de Santa Catarina se forme uma onda que tire o PP da aliança em torno do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a Presidência.

Carol fez movimento anterior

Quando Valdemar interveio no jogo, foi Caroline de Toni quem ameaçou sair do PL para disputar o Senado por outro partido. É ela quem lidera as pesquisas de intenção de voto. O fato é que ou ela ou Amin terão de sobrar na chapa, porque ninguém parece ter coragem de mexer em Carlos Bolsonaro, ainda que sua migração tenha provocado reações de grupos catarinenses.

Com o PSD

A partir da disposição de Amin de não abrir mão do Senado, o prefeito de Chape-có, João Rodrigues (PSD), que pretende sair para o governo, convidou-o para compor sua chapa. Amin não se pronunciou. Anda cogitando ir, inclusive, à Papudinha para esclarecer a situação diretamente com Jair Bolsonaro.

Com o MDB

João Rodrigues conversa também com o MDB, que também foi escanteado da chapa de Jorginho Mello, que antes de fechar com Adriano Silva, prometera para o partido a vaga de vice. O MDB está fazendo uma consulta aos filiados se querem chapa própria, Rodrigues ou seguir com Mello mesmo sem vaga.

Sem Flávio

Qual é o grande risco de toda essa negociação? Que esse racha no estado mais à direita do país enfraqueça a candidatura de Flávio e fortaleça a outra opção conservadora: a que será lançada pelo PSD. Se formaria ali uma forte aliança na direção de um dos três governadores pré-candidatos do partido de Gilberto Kassab.

À esquerda

A bralhada vai produzindo outros contornos. O presidente do Sebrae, Décio Lima, é candidato ao Senado pelo PT. E, então, em um estado conservador, busca tirar proveito da divisão convidando alguém mais à direita para compor a sua chapa: no caso, o nome cogitado é o ex-deputado estadual Gelson Merísio (Solidariedade).

Lula

Segundo andou dizendo Décio Lima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria diretamente envolvido na composição de uma chapa com Gelson Merísio como candidato a governador. Além de Décio, a chapa imaginada teria a ex-deputada federal Angela Albino (PCdoB) na outra vaga para o Senado.

Desarrumações

Tais desarrumações tornam os próximos capítulos emocionantes. Vale também ficar de olho no núcleo do DF. Sem lugar na chapa da vice-governadora Celina Leão (PP), o governador Ibaneis Rocha (MDB) volta a imaginar a candidatura ao governo do deputado Rafael Prudente (MDB).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



STF julga liminar de Dino que proibiu os penduricalhos

STF julga verbas acima do teto salarial

Congresso pode votar acordo Mercosul/UE esta semana

Por Gabriela Gallo

Diante das idas e vindas em torno do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), resolveu priorizar para esta semana a votação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Segundo ele, uma medida de segurança diante das incertezas que Trump provoca.

“Com as incertezas acerca da imposição de tarifas pelos Estados Unidos, resta ao Brasil lutar pela previsibilidade nas relações comerciais internacionais. Por isso, priorizaremos a votação do acordo Mercosul-UE para a próxima semana”, escreveu Hugo Motta no X. Ele ainda anunciou ter designado o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) como relator.

A semana no Congresso Nacional, porém, começa com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios irregulares do pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesta segunda-feira (23), às 16h está previsto o depoimento da empresária Ingrid Pikinskeni Moraes Santos. Ela é esposa de Cícero Marcelino, assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer), Carlos Roberto Ferreira Lopes.

Inicialmente os membros da

comissão estavam na expectativa de ouvir o depoimento do presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro. Contudo, na última sexta-feira (20), após conseguir aval do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, Vorcaro comunicou que não compareceria na CPMI.

Vorcaro também está previsto para prestar depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado nesta terça-feira (24), mas ele está também autorizado a não comparecer.

Penduricalhos

No Poder Judiciário, nesta quarta-feira (25) o plenário do Supremo Tribunal Federal julgará a liminar do ministro do STF Flávio Dino que determina a suspensão dos chamados “penduricalhos” nos Três Poderes.

Penduricalhos são verbas indenizatórias que são pagas para além dos salários dos servidores.

Na prática, as medidas aumentam o saldo final dos salários e permitem a ultrapassagem do teto remuneratório previsto na Constituição (atualmente em R\$ 46,3 mil).

Esses pagamentos extras variam desde auxílio-locomção e auxílio-gasolina, gratificações por acúmulo de funções, gratificações acesso processual, até licença de um dia de folga para cada três dias trabalhados e, inclusive, casos como “auxílio-pa-netone” e ‘auxílio-peru” na época de Natal.